

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE COMO FAZER RESENHA

1. *Resenha* é o termo mais usado atualmente para *recensão*. Recensão é um trabalho de síntese que as revistas científicas publicam geralmente logo após a edição de uma obra, com o objetivo de divulgá-la. Mas não se trata de um simples *resumo*. Este deve restringir-se ao conteúdo do trabalho, reproduzir com máxima fidelidade o autor, sem qualquer julgamento de valor. Já a resenha, além de resumir a obra, expondo suas linhas básicas, deve avaliá-la, mostrando seus pontos *fortes e fracos*. Partindo do “estado da arte”, a resenha deve mostrar no que o trabalho resenhado – normalmente um livro, mas pode ser um ou mais capítulos, uma coleção ou mesmo um filme – inova na abordagem do tema, apontar falhas, lacunas e virtudes, explorar o contexto histórico em que a obra foi elaborada e fazer comparações com outros autores. Por isso, a resenha também é conhecida como *resumo crítico* ou *recensão crítica*. E só pode ser elaborada por alguém com conhecimentos na área, pois sua elaboração exige um *ponto de vista pessoal*.

2. Além de resumir e avaliar a obra, o recensor deve sustentar suas considerações, deve embasá-las seja com evidências extraídas da própria obra ou de outras de que se valeu para elaborar a resenha. Afirma McCrimmon (*apud* Silva, p.171):

“Se o resumo do conteúdo da obra não está bem feito, o leitor que não a conhece encontrará dificuldades em acompanhar a análise crítica. Se, por outro lado, o recensor se limita a relatar o conteúdo, sem julgá-lo criticamente, ele estará escrevendo um resumo e não uma recensão crítica. Finalmente, se ele não sustenta ou ilustra seus julgamentos com dados extraídos da obra recenseada, ele não dá ao leitor a oportunidade de formar seus próprios julgamentos”.

3. De uma boa resenha devem constar:

- a referência bibliográfica da obra, preferencialmente seguindo a ABNT;

- alguns dados biográficos relevantes do autor (titulação, vínculo acadêmico e outras obras, por exemplo);
- o resumo da obra, ou *síntese do conteúdo*, destacando a área do conhecimento, o tema, as idéias principais e, opcionalmente, as partes ou capítulos em que se divide o trabalho. Deve-se deter no essencial, mostrando qual é o objetivo do autor, evitando recorrer a detalhes e exemplos, com máxima concisão. Este momento é mais informativo que crítico, embora a crítica já possa estar presente;
- as categorias ou termos teóricos principais de que o autor se utiliza, precisando seu sentido, o que ajuda evidenciar seu *approach* teórico, situando-o no debate acadêmico e permitindo sua comparação com outros autores. Aqui não só se deve expor claramente como o autor conceitua ou define determinado termo teórico, mas já se deve introduzir críticas, seja à utilização ou à própria conceituação feita pelo autor [em uma resenha para revistas especializadas, esta parte pode ser dispensada, até por economia de espaço, mas é essencial em trabalhos de aula, em que o recensor é também aprendiz];
- a avaliação crítica, nos termos já referidos anteriormente no item 1. Este é o ponto alto da resenha, onde o recensor mostra seu conhecimento, dialoga com o autor e/ou com leitor, dá-se ao direito de proceder a um julgamento. Há vários tipos de críticas, mas destacam-se: (a) a *interna*, quando se avalia o conteúdo da obra em si, a coerência diante de seus objetivos, se não apresenta falhas lógicas ou de conteúdo; e (b) a *externa*, quando se contextualiza o autor e a obra, inserindo-os em um quadro referencial mais amplo, seja histórico ou intelectual, mostrando sua contribuição diante de outros autores e sua originalidade.

4. Atualmente quase todas as revistas científicas trazem boas seções de resenhas. Sempre é aconselhável ir a uma biblioteca e consultar alguns destes periódicos para observar atentamente como os mais destacados profissionais e pesquisadores da área as elaboram.

5. Finalmente, deve-se lembrar que o recensor deve preocupar-se com a obra em sua totalidade, sem perder-se em detalhes e em passagens isoladas que podem distorcer idéias. Deve-se certamente apresentar e comentar pontos específicos, fortes ou fracos do trabalho, mas estes devem ser relevantes. Nada mais deplorável do que uma crítica vazia de

conteúdo, sem base teórica ou empírica, que lembre preconceito. Ou elogios gratuitos, que podem parecer corporativismo ou “puxa-saquismo”.

Bibliografia:

FRANÇA, Júnia Lessa *et alii*. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

SILVA, Rebeca Peixoto da Silva *et alii*. *Redação técnica*. 2.ed. Porto Alegre, Formação, 1976.

EXEMPLO DE RESENHA:

Obra: História do Pensamento Econômico. São Paulo, Atlas, 2001. 477 p.

Autor: Feijó, Ricardo.

Há quem critique os manuais, mas não se pode negar seu valor didático. É verdade que quase todos se parecem, seus sumários poucos diferem; mas cada um não deixa de ter sua própria personalidade, seus pontos fortes e fracos, reveladores da leitura peculiar de cada autor. É com esses olhos que podemos, no espaço próprio de uma resenha, chamar atenção para alguns aspectos do trabalho deste professor da USP de Ribeirão Preto, graduado em física e doutor em economia. Esta formação “ecclética” permite-lhe que aborde com a devida ênfase as questões metodológicas implícitas e explícitas nas obras dos grandes economistas do passado, indo além da mera exposição das contribuições teóricas de cada autor, sem todavia tolher seu devido espaço. Da mesma forma, toda contribuição teórica é relacionada a seu contexto histórico, permitindo que o leitor – e, sobretudo, o aluno – consiga ter uma boa visão da interação entre ambos, sem deixar de mostrar que a história das idéias possui uma lógica própria e que cada pensador inova e cria sem libertar-se radicalmente de seu passado, necessariamente ponto de partida e de referência.

Além destes aspectos meritórios, cabe destacar que a mescla entre HPE e metodologia é tendência internacional, desde logo assimilada no Brasil há mais de uma década, visível nos congressos da área, onde as mesas de ambas chegam a confundir-se, para os puristas até em prejuízo das pesquisas sobre a

evolução da teoria econômica propriamente dita. Mas se isto é em parte verdade, não se pode negar nem negligenciar o saldo positivo de trazer ao meio dos economistas (ou pelo menos de parte deles) discussões de temas como retórica, modelagem, testagem, alcance e limites do conhecimento como objeto, deixando de lado a velha petulância dogmática que tinha como certa, óbvia e natural a ampla possibilidade de o sujeito conhecer este polêmico objeto que, em certo momento da história, resolveu-se delimitar e denominar economia.

Ainda dentre os pontos altos do livro, menciona-se o tratamento dado aos períodos da Antiguidade e da Idade Média, onde temas filosóficos são introduzidos de forma não usual nos manuais mais recentes (nos antigos era regra), mantendo-se a didática e a clareza da exposição. A inserção de Max Weber também decorre da abordagem peculiar do autor, ressaltando a importante contribuição deste “sociólogo” às questões econômicas e de metodologia da ciência. Finalmente, agora Weber faz parte da HPE! Saem do padrão, merecendo também destaque, seja pela profundidade seja pela forma competente de exposição, os capítulos sobre: (a) a crise da Economia Clássica, em que autores pouco referidos em outros manuais são resgatados, evidenciando a riqueza do debate muitas vezes sumariado como a “crise da teoria econômica” e englobando inúmeros pensadores de matrizes teóricas distintas como “vulgares”; (b) os precursores do marginalismo, trazendo à tona contribuições como a condição de lucro máximo de Cournot, a equação fundamental dos salários de von Thünen, o paradoxo de San Petersburgo, o “equivoco” de Jules Dupuit e a demonstração geométrica da segunda lei de Gossen; e (c) Carl Menger, em uma apresentação que resgata a importância deste autor e da vertente austríaca do neoclassicismo, com destaque muito além das abordagens convencionais de HPE.

Como toda obra pretensiosa, esta também é desigual. Iniciando-se pelas velhas e simples questões de ordem terminológica, até desculpáveis em alguns contextos, mas não certamente em uma obra de HPE, justamente onde os vocábulos tornam-se categorias e termos teóricos ao serem inseridos em *approachs* diversos que, por dever de ofício da própria disciplina, devem ser confrontados. Neste contexto, as palavras pesam e a linguagem não pode ser dissociada da precisão conceitual: o rigor, assim, torna-se exigência que não pode se confundir com preciosismo. Um exemplo é quando o autor trata economia neoclássica como sinônimo de teoria econômica “atual” (p.72), ao referir-se à inflexão da curva de oferta de trabalho a partir de certo nível “crítico” de salário. Ou quando utiliza o adjetivo “marxiniano” juntamente ao

tradicional “marxista” ao longo do capítulo 7, não explicando se o neologismo é mero modismo ou tem lá sua razão de ser, e qual a diferença entre um e outro, já que usados lado a lado. Mais sério é o caso de considerar capital fixo e capital constante como idênticos (p.216) ao definir composição orgânica do capital, quando, justamente por incluir no último as matérias-primas (que obviamente não são capital “fixo”), Marx pôde com mais precisão enfocar o processo produtivo pela ótica da propriedade e chegar ao conceito de mais-valia, rompendo com a tradição clássica de conceber o capital apenas como fixo e circulante.

Também entender como uma concessão a Marx (p. 226) o intervencionismo das políticas keynesianas é no mínimo extremamente polêmico, por várias razões, a começar pela confusão entre intervencionismo e socialismo, pelo significado teórico e político da concepção de Estado subjacente a cada autor e pela própria existência de vários intervencionistas não socialistas importantes antecessores de Keynes. O intervencionismo, aliás, sempre foi coevo ao liberalismo, servindo-lhe como contraponto; e isto não só na história do capitalismo, pois, de forma embrionária, o debate remonta à Grécia antiga. O que marca o intervencionismo keynesiano – o uso da política econômica para estabilização como forma de reativar a demanda agregada, em uma racionalidade instrumental –, fatalmente não está na obra de Marx nem é a visão dominante em seus seguidores. Já não se trata mais aqui da discussão de significado de palavras, mas de efetivas interpretações que são expostas ao leitor como definitivas, conquanto sejam polêmicas ou resultado de visão muito particular do autor, que deveria evitá-las em uma obra de cunho didático. Outro exemplo: dizer que Ricardo era muito criticado na Alemanha é verdade, mas que a Escola Clássica lá não teve *nenhuma penetração* é, no mínimo, exagero (p.234); muitos membros da Escola Histórica, como Roscher (sem contar Marx) certamente discordavam de Ricardo, mas o tinham como ponto de referência e de interlocução. E daí concluir, em seguida, que a Escola Clássica “estava *isolada, confinando-se* na Inglaterra”, até chega a ser bizarro: como isolamento, na maior potência mundial e no maior centro cosmopolita da época? Como confinamento, no país que cuja produção intelectual mais marcou a história do pensamento econômico pelo menos até a metade do século 20? As idéias “inglesas” espalharam-se não só pela Europa mas pelo mundo todo, inclusive com adeptos até por estas bandas, como mostram Cairu e Mauá, para ficar nos mais conhecidos.

Mas talvez o principal ponto crítico da obra seja o peso relativo que autores e escolas mereceram, o qual deveria ser repensado em futuras edições em prol

de uma exposição mais equilibrada. Não se trata evidentemente de exigir uma imparcialidade abstrata em assunto por sua natureza apaixonante como história das idéias, em que cada autor edifica sua reconstrução com o viés de sua própria leitura. Como estudioso de Smith, Feijó dedica-lhe um capítulo próprio, separando-o do referente à Economia Clássica – ao que tudo indica privilegiando um corte estritamente cronológico, a pretexto de Smith ser do século 18 e os “outros” do século 19. Esta opção não teria problemas maiores não resultasse dedicando merecidas 34 páginas ao autor de *A Riqueza das Nações*, enquanto Ricardo – para muitos o artífice da mais acabada construção teórica da Economia Política Clássica e certamente o que mais influência exerceu no pensamento posterior, de Marx aos neoclássicos – foi contemplado com menos de um terço deste espaço, número inclusive inferior ao dedicado a Stuart Mill, no mesmo capítulo, e às idéias econômicas medievais.

Às ênfases dadas pelo autor associam-se algumas lacunas. O chamado debate sobre os mercados, abordando demanda efetiva, e temas como o papel da moeda, da poupança, do entesouramento e do investimento, fundamentais no século 20, é bastante negligenciado, para não dizer ignorado. Say é até bastante citado, mas esparsamente, sem um tratamento específico. Malthus é lembrado como “clássico”, mas discute-se mais sua concepção de valor e sua teoria da população, praticamente esquecendo-se as reflexões teóricas pioneiras dos *Princípios* – sua obra de maturidade. Rosa Luxemburg e Kalecki são solenemente ignorados: não aparecem nem no índice de autores.

O mesmo ocorre com Schumpeter e com a Escola Institucionalista, indiscutivelmente duas vertentes cuja importância vem sendo resgatada no meio acadêmico nas últimas duas décadas, mas que não mereceram nenhum capítulo ou, pelo menos, um subitem próprio. Veblen aparece duas vezes na obra, não merecendo no total mais que 10 linhas: na página 246, onde o institucionalismo é apresentado como “sucessor da escola histórica” e em que se lê, sumariamente, que “padeceu da fraqueza de não propor uma compreensão alternativa dos problemas teóricos”; e na página 308, onde a teoria psicológica do instinto é apresentada como “revolucionário programa de pesquisa” e “um fracasso”. A fraqueza e o fracasso de um programa que até hoje ganha adeptos não justificam as qualificações sem a devida análise do pensamento do autor e dos demais institucionalistas que o seguiram, inclusive da Nova Economia institucional. Schumpeter, de mais sorte, foi poupado de tratamento semelhante. Essas lacunas certamente não comprometem a qualidade em si do trabalho, mas limitam a possibilidade do manual, que por definição deve ser um facilitador didático, servindo mais a introdução que a

aprofundamento, e que só poderá ser adotado juntamente com outras obras que cubram os tópicos omitidos.

Duas últimas sugestões para futuras edições desta obra que, apesar das críticas apontadas, possui grandes méritos, e certamente será amplamente utilizada no país. Em primeiro lugar, é de se avaliar a pertinência de se apresentar Aristóteles apenas no capítulo 4, junto aos intelectuais da Idade Moderna, e não no capítulo 1, já fazendo um contraponto entre este e Platão, adiantando a controvérsia entre materialismo e idealismo, fundamental numa abordagem que privilegia discussões metodológicas. Sem contar que Aristóteles está na base do pensamento tomista, o que certamente permitiria maior envergadura à exposição da ética cristã medieval, abordada no capítulo 2. Em segundo lugar, além de cobrir as lacunas com a adição dos autores já mencionados, parece de todo oportuno aprofundar a discussão sobre a macroeconomia após Keynes e sobre os desdobramentos recentes da microeconomia, bastante demandados por profissionais já formados e alunos, já que estas teorias são expostas em manuais ou em artigos sem o encadeamento histórico e teórico que só uma abordagem de HPE pode proceder. E, afinal de contas, espera-se que os manuais do século 21 incluam o século 20 na história do pensamento econômico, tão presa, ainda, aos autores do século 19.

*Pedro Cezar Dutra Fonseca*¹

¹ Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Resenha publicada na Revista de Economia Política, v. 22, n.2 (86),abr-jun/2002, p.185-187.